

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
IV CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA O CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO DO ESTADO DO PIAUÍ
EDITAL Nº 3 – DPE/PI, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

A Defensoria Pública do Estado do Piauí torna pública a **retificação** do subitem **6.4.8.2.5** do Edital nº 1 – DPE/PI, de 7 de outubro de 2021, e suas alterações, bem como a **inclusão** do subitem **6.4.8.2.7** no referido edital.

Torna pública, ainda, em razão da retificação e inclusão acima, a **reabertura do prazo para a solicitação de isenção de taxa**, bem como a **alteração das datas do cronograma previsto do concurso**, constante do Anexo I do edital supracitado, conforme a seguir especificado.

1 DA RETIFICAÇÃO DO SUBITEM 6.4.8.2.5 DO EDITAL Nº 1 – DPE/PI, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021, E DA INCLUSÃO DO SUBITEM 6.4.8.2.7 NO REFERIDO EDITAL

[...]

6.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

[...]

6.4.8.2.5 5ª POSSIBILIDADE – ISENÇÃO TOTAL (hipossuficientes, conforme a Resolução CSDPE nº 141/2021):

a) Declaração de Hipossuficiência Econômica (preenchido conforme Anexo III deste edital), Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física ou recibo de entrega da Declaração Anual de Isento, juntamente com pelo menos um dos seguintes documentos:

a.1) **último comprovante de** tarifa que comprove consumir a taxa mínima residencial mensal de água em até 10m³ por mês; ou

a.2) **último comprovante de** tarifa mínima residencial que comprove o consumo de energia elétrica em até 30KW/h; ou

a.3) declaração firmada pelo próprio candidato de que a renda per capita da família é igual ou inferior a R\$ 80,00 ao mês, considerando, para tanto, os ganhos dos membros do núcleo familiar que vivam sob o mesmo teto, e declaração do número de dependentes, que comprove que a renda per capita/mês da família não é superior a R\$ 80,00 ao mês; ou

a.4) cópia do CNIS – Cadastro Nacional de Informação Social, expedido pelo INSS, ou de comprovante oficial de que integra um dos programas sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

b) comprovante de residência; e

c) comprovante de renda do requerente e(ou) de quem este dependa economicamente que demonstre renda mensal líquida individual de até um salário mínimo ou a renda mensal líquida familiar de até três salários mínimos; e

d) declaração de dependência econômica firmada por quem provê o sustento do requerente, quando for o caso.

[...]

6.4.8.2.7 7ª POSSIBILIDADE (desempregado e considerado em estado de necessidade, conforme a Lei Estadual nº 5.953/2009):

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com a baixa do último emprego, contendo as páginas de identificação pessoal, de contrato de serviço, inclusive a primeira página em branco subsequente ao último contrato; ou documento que comprove o recebimento do seguro-desemprego; ou publicação do ato que o exonerou, se ex-servidor vinculado à administração pública pelo regime estatutário; e

b) declaração de Hipossuficiência Econômica conforme Anexo III deste edital, cópia de Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física ou recibo de entrega da Declaração Anual de Isento, juntamente com pelo menos um dos seguintes documentos:

b.1) **último comprovante de** tarifa que comprove consumir a taxa mínima residencial mensal de água em até 10m³ por mês; ou

b.2) último comprovante de tarifa mínima residencial que comprove o consumo de energia elétrica em até 30KW/h; ou

b.3) declaração firmada pelo próprio candidato de que a renda per capita da família é igual ou inferior a R\$ 80,00 ao mês, considerando, para tanto, os ganhos dos membros do núcleo familiar que vivam sob o mesmo teto, e declaração do número de dependentes, que comprove que a renda per capita/mês da família não é superior a R\$ 80,00 ao mês; ou

b.4) cópia do CNIS – Cadastro Nacional de Informação Social, expedido pelo INSS, ou de comprovante oficial de que integra um dos programas sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

[...]

2 DA ALTERAÇÃO DAS DATAS DO CRONOGRAMA PREVISTO DO CONCURSO

[...]

ANEXO I

[...]

Atividade	Datas previstas
Reabertura do prazo para solicitação de isenção de taxa	23/11 a 28/11/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
[...]	[...]
Consulta à situação provisória da solicitação de isenção de taxa de inscrição	3/12/2021
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção de taxa de inscrição	6/12 a 10/12/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação final da solicitação de isenção de taxa de inscrição	16/12/2021
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	<u>23/12/2021</u>
Consulta à situação provisória da solicitação de atendimento especial e divulgação da relação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência e dos candidatos que se autodeclararam negros, índios ou quilombolas	29/12/2021
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de atendimento especial e contra o indeferimento da inscrição para concorrer como pessoa com deficiência	30/12 e 31/12/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para alteração da condição de concorrência às vagas reservadas aos negros, índios e quilombolas	30/12 e 31/12/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação final da solicitação de atendimento especial e divulgação da relação final dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência e dos candidatos que se autodeclararam negros, índios ou quilombolas	7/1/2022
[...]	[...]

[...]